



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5421, de 07/05/2025

PROCESSO Nº [00600-00007619/2024-52-e](#)

RELATOR(A) : Desembargador de Contas PAULO TADEU VALE DA SILVA

EMENTA : Representação, com pedido cautelar, formulada pela Associação de Lojistas, Empreendedores e Usuários do Shopping Popular de Brasília, acerca de possíveis irregularidades no Edital de Chamamento Público nº 01/2024, lançado pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF, que objetiva verificar a disponibilidade de imóveis de terceiros, não residencial, mobiliado, situado na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, para acomodação da atual sede, de unidades operacionais e de atendimento ao público em geral.

**DECISÃO Nº 1619/2025**

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório Final de Inspeção nº 01/2025, elaborado pela DIGEM1/SEGEM (peça nº 62), consubstanciada na Informação nº 08/2025 - DIGEM1 (peça nº 63); b) da manifestação do Sindicato dos Servidores das Carreiras que compõem os Órgãos e Entidades de Trânsito do Distrito Federal – SINDETRAN/DF (peça nº 54 e anexo de peça nº 53); c) da manifestação da empresa Multi Construtora e Incorporadora Ltda. (peça nº 52); d) do *link* de acesso ao Processo Administrativo nº 00055-00114949/2023-73 (peça nº 38); e) dos Papeis de Trabalho juntados às peças nºs 57, 58, 59, 60 e 61; II – considerar: a) atendida a Decisão nº 2.967/2024; b) improcedente a representação formulada pela Associação de Lojistas, Empreendedores e Usuários do Shopping Popular de Brasília, CNPJ 14.497.520/0001-66 (peça nº 01); c) prejudicado o pedido cautelar suscitado na representação; III – recomendar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF que: a) estude a possibilidade de contratação de uma empresa projetista/orçamentista que possa, em conjunto com a Novacap, dar celeridade aos trabalhos de levantamento de necessidades, elaboração de projetos e de planilhas orçamentárias com vistas à realização de reformas nos edifícios de sua propriedade, de forma a garantir que os projetos de reforma das unidades próprias do Detran/DF progridam conforme o esperado; b) estabeleça diretrizes de fiscalização que garantam a adequação dos custos informados pela empresa locadora a título de condomínio, imposto predial e territorial urbano (IPTU), taxa de limpeza pública (TLP), bem como, durante a execução do contrato, promova avaliação quanto à real necessidade de prestação dos serviços ofertados, na intenção de promover negociação desses valores; c) promova no contrato a distinção das parcelas relativas a locação do prédio, mobiliário e condomínio, para que apenas o valor referente à locação seja reajustado pelo IGP-M, conforme prática de mercado; IV – esclarecer ao Complexo Administrativo do Distrito Federal que os contratos de locação de imóveis pela Administração Pública Distrital deverão observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo celebrados preferencialmente por licitação, conforme disposto no art. 51, ou mediante inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os requisitos previstos no art. 74, inciso V, § 5º, da referida norma; V – autorizar: a) a ciência desta decisão à

representante, ao Detran/DF e aos interessados (SINDETRAN/DF e empresa Multi Construtora e Incorporadora Ltda.); b) a concessão de cópia integral dos autos à representante legal do SINDETRAN/DF (e-DOC 0B7B5AF6-e); c) a expedição das correspondentes comunicações à Administração Pública Distrital, conforme item IV acima; d) após, o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento (SEACOMP), para os devidos fins. Vencido o Desembargador de Contas RENATO RAINHA, que votou pelo chamamento do Detran/DF e da empresa contratada aos autos, para prestarem esclarecimentos sobre os fatos.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Desembargador de Contas INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Votaram os Desembargadores de Contas RENATO RAINHA, ANILCÉIA MACHADO, PAULO TADEU, MÁRCIO MICHEL e ANDRÉ CLEMENTE. Participaram o Auditor VINÍCIUS FRAGOSO e o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em substituição MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Presidente, Desembargador de Contas MANOEL DE ANDRADE.

SALA DAS SESSÕES, 07 de maio de 2025

**João Batista Pereira De Souza**  
Secretário das Sessões

**Manoel Paulo De Andrade Neto**  
Presidente